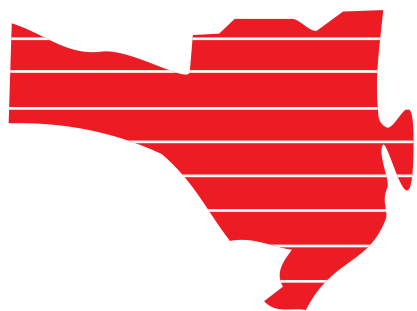




SINTESPE

filiado a **CUT** BRASIL

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

Praça Olívio Amorim, nº 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - Agosto/ 2013 - (48) 3223-6097 / www.sintespe.org.br

SINTESPE CONVOCA

29 DE AGOSTO 2013

ASSEMBLEIA GERAL

Às 14 horas em frente ao Centro Administrativo - Florianópolis/SC

**GOVERNO FORA DA LEI
CUMPRA A DATA-BASE
CALOTE
NO SERVIDOR NÃO**

**Trabalhadores lutam
contra terceirização
e precarização nas
relações de trabalho**

Sindicatos se mobilizam pela retirada do pl 4330/2004 da pauta do Congresso Nacional

Pág. 2

Hospital da Polícia Militar

Sintespe vai ingressar representação no MP do Trabalho pela anulação de contratação de OS

Pág. 2

Assembleia Geral

Mobilizações regionais organizam Greve na categoria que está insatisfeita com desvalorização por parte do Governo

Pág.3

**Paralisação Geral
dia 30 de agosto**

Centrais sindicais organizam luta pelo atendimento da pauta da classe trabalhadora

Pág.4

Imposto Sindical

Listagens da SEA apontam diferença de 62 mil reais

Pág. 4



SINTESPE
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL DE SC
Praça Olívio Amorim, 82 - Centro - Florianópolis - SC
Fone/Fax: (048) 3223-6097 - Site - www.sintespe.org.br - Email: sintespe@sintespe.org.br

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O SINTESPE, em consonância com o Artigo 20 e seguintes do Estatuto da entidade, CONVOCA A CATEGORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS DO PODER EXECUTIVO, LOTADOS NAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, PARA PARTICIPAREM DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a qual ocorrerá no dia 29 de agosto de 2013, às 14 horas, em frente ao Centro Administrativo do Estado, na Rodovia SC 401, Km 5, nº 4600, Bairro Saco Grande II, Florianópolis/SC, que terá como Pauta os seguintes assuntos:

- 1º. Discussão e deliberação sobre os rumos da Campanha Salarial 2013;
- 2º. Discussão e deliberação sobre a possibilidade de deflagração de greve por tempo indeterminado em todos os órgãos do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina;
- 3º. Discussão e deliberação sobre a possibilidade de adesão à GREVE GERAL convocada pelas centrais sindicais para o dia 30/08/2013; e
- 4º. Assuntos gerais de interesse da categoria.

Florianópolis/SC, 13 de agosto de 2013.

Máximo Silva
Presidente

Mário Antônio da Silva
Secretário Geral

A terceirização na mira dos trabalhadores

Movimento sindical organiza mobilizações pelo combate à precarização nas relações de trabalho



Foto: Divulgação

Sindicalistas protestam contra o PL 4330 no aeroporto Hercílio Luz e entregam, a parlamentares catarinenses que embarcam a Brasília, documentos pedindo arquivamento do projeto

Após uma jornada de mobilizações nos meses de junho e julho, trabalhadores do país inteiro têm na agenda dos próximos meses novas atividades reivindicatórias. Uma das questões específicas contidas na pauta das atividades é a terceirização, por conta da votação do PL 4330/2004, prevista para acontecer em setembro, na Câmara dos Deputados. Por conta disso, as centrais sindicais CUT, CTB, CSP-Conlutas, UGT, Força Sindical, NCST e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra convocam grandes manifestações com lideranças sindicais em Brasília.

O PL 4330 é obra do deputado Sandro Mabel, do PL, e regulamenta a terceirização nas relações de trabalho, acaba com os direitos dos trabalhadores e já foi aprovada nas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara. Está pendente sua votação na Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado federal Décio Lima (PT-SC). Como medida de protesto ao projeto, a CUT-SC organizou audiências com os parlamentares federais Onofre Agostini (PSD), Décio Lima e Jorginho Mello, integrantes da CCJ, e entregou documentos junto com outras centrais ao deputado Esperidião Amin (PP) pedindo a retirada do projeto durante manifestações realizadas no Aeroporto Hercílio Luz, nos dias 5 e 6 de agosto.

As privatizações em Santa Catarina

Ao mesmo tempo em que trabalhadores de diferentes categorias se mobilizam tanto no Estado quanto no País contra as terceirizações, o governador Raimundo Colombo não parece se sensibilizar com o desejo da população e comemorou a derrubada da liminar judicial que proibia a Organização Social SPDM gerir o Hospital Florianópolis. A OS é colecionadora de mais de 2,9 mil títulos protestados em cartórios paulistas e está sendo alvo de greve de trabalhadores e protesto da população de Araranguá, devido à má gestão no Hospital Regional Dep. Affonso Ghizzo, localizado na cidade. No dia 7 de agosto, funcionários do HRA paralisaram as atividades por 24 horas por atraso no pagamento, por não receberem direitos, e contra o assédio moral e 15 demissões sem justificativa.

Gastos com as Organizações Sociais e empresas

De acordo com dados do portal da transparência, no setor da saúde, o governo gastou mais de 144 milhões de reais, neste ano, com cinco OSs que controlam hospitais catarinenses: a Fundação de Apoio ao HEMOSC/CEPO, SPDM, Hospital Nossa Senhora das Graças, Associação Beneficente Hospitalar Peritiba, Instituto SAS e Fundação São Paulo Apóstolo.

Já os gastos com terceirizações no Poder Executivo já ultrapassaram 164 milhões, de

janeiro a junho.

No sistema prisional, o governo abusa das terceirizações. Somente na penitenciária de Canhanduba, em Itajaí, que é entregue à gestão da empresa Montesinos, do grupo Ondrepsb, o número de terceirizados ultrapassa o de concursados. Já os valores gastos com a Montesinos via Fundo Penitenciário (SJC) na administração dos presídios ultrapassam R\$ 43 milhões de reais e via Fundo para Melhoria da Segurança Pública (SSP), R\$ 57 milhões. Conforme a lei 472/2009, a cota de terceirizados pode ser de até 20% do total, no entanto, em Canhanduba é possível perceber a disparidade dos números. "São uns 200 terceirizados para no máximo 15 efetivos", diz o secretário geral do Sintespe Mário Antônio da Silva.

Sucateamento e mau uso do dinheiro público

De julho a agosto, a estratégia do governo de sucatear os órgãos públicos para depois passar à terceirização resultou no pedido de interdição do Terminal Rodoviário Rita Maria, na capital, pelo Corpo de Bombeiros por riscos de segurança e incêndios. Em Joinville, a Justiça também pediu a interdição do Presídio Regional de Joinville pelas condições precárias em que se encontram os presos.

O Sintespe segue a luta contra as terceirizações que destroem os serviços públicos e convida a categoria a se engajar nela.

Servidores temem privatização no Porto de São Francisco

Após a presidente Dilma sancionar a Medida Provisória 595, transformada na lei 12.815/2013, que admite a privatização dos portos, os servidores do Porto de São Francisco do Sul estão apreensivos quanto ao futuro do local de trabalho. Atualmente a autarquia é gerenciada pelo governo estadual, mas há a dúvida quanto à possível privatização de algumas partes do porto. No dia 6 de agosto, o vice-presidente Sindicato, Antônio Lins, se reuniu com os portuários. Para Luiz Antônio Oliveira Gomes, presidente da associação dos trabalhadores do Porto, com 36 anos de trabalho no local, a MP trouxe incertezas. "Em virtude da MP dos portos, a gente não sabe como vão ficar os funcionários daqui pra frente".

Fora a privatização, o modo de gerenciamento do Porto incomoda os servidores. "Se eles querem colocar um diretor por cargo político, que

botem, mas coloquem gerente que seja funcionário público, não políticos," diz Luiz.

Horas Extras e Auxílio alimentação

Os portuários também reclamam da defasagem salarial e da escala de trabalho incompatível com a jornada em alguns setores que precisam funcionar por 24 horas ininterruptas. Por conta disso, há servidores que acabam cumprindo 180 horas mensais, mas só recebem por 174 horas trabalhadas, assim como deixam de receber diárias de auxílio-alimentação.

Os servidores do Porto estão se organizando para comparecer à Assembleia Geral do Sintespe, no dia 29. De acordo com Luiz, é necessário que o governo atenda as reivindicações. "Os nossos salários estão defasados há anos e é preciso que o governo faça o reajuste", completa.

Irregularidades no HPM

A contratação de uma Organização Social, a Abepom, para gerir o Hospital da Polícia Militar, em Florianópolis, resulta em denúncias sobre irregularidades por parte de servidores que precisam ser averiguadas. Conforme denúncias, não há transparência no organograma administrativo da OS, nas contratações, nem quanto à lotação de servidores do HPM na Abepom e quanto às escalas de trabalho. Denúncia e reclamação sobre a cobrança da alimentação para uns e não cobrança para outros, mesmo que cumpram a mesma carga horária também acontece. De acordo com os trabalhadores, antes de o Hospital ser gerido pela OS, a cobrança da alimentação não acontecia.

Outra questão a ser averiguada pelo Sindicato é referente ao cumprimento ou não das metas de atendimento hospitalar, entre outras.

No dia nove de agosto, diretores e o setor jurídico do Sintespe reuniram-se com o secretário adjunto de Segurança Pública para tratar dessas questões e expor posição contrária à contratação de OS. O Sintespe vai ingressar com representação no Ministério Público do Trabalho questionando e pedindo a anulação de contratação de empregados terceirizados para o Hospital via Abepom, pois esse tipo de contratação burla a realização de concursos públicos, necessários para a prestação um serviço público de qualidade.

Preparar a Greve pelo direito à Data-Base

Governo não cumpre data-base, diz que valoriza servidores e sua rejeição chega a 70%

No momento em que a receita corrente líquida acumulada nos últimos 12 meses cresceu 5,2% e o governo gasta milhões com publicidade para anunciar os mais de sete bilhões a serem investidos nas obras do PACTO por Santa Catarina, Raimundo Colombo vem causando insatisfação em diversos setores da sociedade. Além das mobilizações dos servidores da Udesc, da polícia civil, dos praças, dos eletricitários, do judiciário e das secretarias, autarquias e fundações públicas, tanto as já realizadas quanto as agendadas nos meses de julho e agosto, na luta por melhores salários, direitos e maior número de efetivo, a pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria comprovou a reprovção do governo pela população: o índice de rejeição chega a 70%.

Mesmo bancando gastos milionários com as 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, e há sete meses negando cumprir a lei 15695/2011 - de sua própria autoria- que determina o mês de janeiro como data-base dos trabalhadores no serviço público, o governo Colombo faz propaganda que aplica políticas de valorização dos servidores e ameaça aplicar a meritocracia, método já rechaçado por diversas categorias. E, para justificar o não cumprimento da lei da data-base, a Secretaria Estadual da Fazenda usa como desculpa a famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com os relatórios da SEF, os gastos com folha de pessoal alcançaram 47,18% da Receita Corrente Líquida. Será que o mesmo governo que nega cumprir a lei da data-base governador esquece que mesmo a famigerada LRF determina o fim dos cargos comissionados?

Novo pedido de negociação

Na primeira semana de agosto, o Sintespe protocolou mais um ofício nos gabinetes do governador, dos secretários da Fazenda e Administração e do representante do Coner solicitando reunião urgente de negociação referente à data-base.



Assembleia Geral de 12 de junho realizada na Alesc deliberou por preparar Greve da categoria

No entanto, nenhuma resposta oficial foi dada até o dia do fechamento do jornal.

Assembleia Geral

Dia 29 de agosto, é o dia da Assembleia Geral estadual. É o dia em que os servidores públicos estaduais das secretarias, autarquias e fundações vão dar o recado ao Governo sobre a aplicação da sua política de (des)valorização dos trabalhadores no serviço público, sobre as perdas de 40% nos salários acumuladas desde 2006, sobre as desigualdades nas gratificações de produtividade e a falta de um plano de cargos e vencimentos justo.

Assim, para mobilizar a categoria, o Sintespe vem realizando mobilizações e atos de protesto em diferentes regiões do estado e convoca os servidores para participar em peso das atividades e a comparecer à Assembleia Geral, dia 29, às 14 horas, em frente ao Centro Administrativo do Governo do Estado.

Além das mobilizações regionais realizadas em Itajaí, Brusque, Criciúma, Canoinhas, São Miguel do Oeste, Chapecó, Joaçaba, Tubarão, Lages, São Francisco do Sul e Joinville, um próximo ato público acontece em frete à SDR de Joinville, dia 23, às 14 horas.

O governo disse que não negocia com servidores em greve, mas não foi o que demonstraram a greve dos trabalhadores na saúde, a paralisação dos analistas técnicos em gestão educacional, e da Secretaria de Justiça e Cidadania, que resultaram em conquistas. Por isso, caso o Governo continue a insistir no calote, dia 29 nossa categoria deve deliberar pela GREVE e se manter firme e organizada até sair vitoriosa.

Lista de presença

Para reunir um bom número de companheiros na Assembleia, o Sindicato vai passar à Secretaria de Administração aos órgãos estaduais um pedido de dispensa dos servidores e que os presentes na atividade possam assinar presença no local.

Todos à Assembleia Geral, em reivindicação a:

- o Cumprimento da lei da data-base
- Reajuste de 16,67%, que proporciona a isonomia com a tabela dos servidores da saúde;
- Reposição das perdas salariais acumuladas;
- Isonomia das gratificações de produtividade;
- Novo plano de cargos e salários.

Mobilizações

Nos meses de julho e agosto, foram programadas mobilizações no interior do estado. As mobilizações das duas últimas semanas de agosto vão priorizar a capital

- 11/07: Joinville
- 16/07: Chapecó e Lages
- 17/07: Concórdia
- 18/07: São Miguel do Oeste
- 24/07: Joaçaba
- 25/07: Criciúma
- 31/07 e 1º/08: Itajaí e Brusque
- 05/08: SINE Itajaí
- 06/08: Porto São Francisco do Sul
- 07/08: Joinville
- 9/08: Tubarão
- 12/08: São Miguel do Oeste
- 13, 14, 15/08: Canoinhas e região
- 23/07: Ato em Joinville



Concórdia



Joaçaba

Crédito: Oliveira Jr



Joinville



São Miguel do Oeste

NACIONAL

Trabalhadores querem atendimento das reivindicações

Paralisação Geral do dia 30 exige outra linha política do Governo

A crise do sistema capitalista iniciada em 2008 nos Estados Unidos tem gerado pânico entre os que lucram e a insatisfação da população que sofre com as políticas de arrocho aplicadas pelos governos para manterem o sistema. As taxas de desemprego sobem e chegam a 26,6% em países com economia antes estável como a Espanha. A retirada de direitos pelos planos de austeridade têm sido o estopim de manifestações que levam às ruas milhares de pessoas em diversos países da União Europeia como a Grécia, Espanha, Portugal entre outros.

No Brasil, a crise que era anunciada como uma marolinha começa a mostrar suas consequências, por conta da política de manutenção do superávit primário em benefício de banqueiros. Aumenta a inflação, o custo de vida, as demissões nas empresas, no serviço público – em Biguaçu, desde o início do ano foram demitidos mais de 150 trabalhadores (Jornal Notícias do Dia de 15/08/2013)–, e ao mesmo tempo empresários e governos pressionam pela terceirização e aprovação do PL 4330/2004. A população está dando seu recado de insatisfação com a continuidade de políticas que priorizam o capital. Não foi à toa que nos meses de junho e julho, manifestações iniciadas em algumas cidades por redução nos preços das tarifas de transporte resultaram em mobilizações de milhares de pessoas que exigiam melhores e mais serviços públicos de qualidade em saúde, educação, transporte etc.

Conforme Samuel Pinheiro Guimarães, embaixador brasileiro, em palestra promovida pelo Dieese, dia oito de agosto, sobre a Conjuntura nacional e internacional e os desafios do Brasil nos próximos anos, a crise gerou um desequilíbrio orçamentário, pressiona pelo estado mínimo, assim como afeta os trabalhadores. Enquanto isso, o governo reserva 45% dos lucros do país para o pagamento da dívida pública. Para o embaixador, além de parar de desonerar o capital, o governo precisa



Fotos: Arquivo Sintespe



Acima: Dia Nacional de lutas (11/07):trabalhadores do campo e da cidade unificam pauta de reivindicações. Abaixo: dirigentes sindicais debatem Conjuntura Nacional e Internacional.

passar a desonerar o trabalhador e proporcionar melhores condições de trabalho, permitindo que o país dê um salto de qualidade na forma de inserção produtiva no mundo. Até agora, as desonerações aos que lucram não tem demonstrado nenhum resultado prático.

Organização da luta

Em junho, a presidenta Dilma disse que seu governo está ouvindo a voz das ruas, mas até agora não mudou o rumo de sua política de apoio ao capital e nem deu fim às privatizações dos portos, aeroportos, estádios, hospitais, estradas. Também não revogou a lei das Organizações Sociais. Mesmo os valores royalties do petróleo que serão futuramente aplicados na educação e saúde significam apenas 7% nos lucros dos que seguem comprando os poços petrolíferos do país. Ou seja, as entregas dos bens e riquezas da população continuam. Diante disso, cabe aos trabalhadores, seus sindicatos e organizações, fazerem a pressão necessária para que o governo federal atenda sua pauta de reivindicações. Por isso, o Sintespe

esteve junto no dia 11 de julho (Dia Nacional de Lutas organizado pelas centrais sindicais), está junto nas mobilizações contra as terceirizações e convoca a categoria à paralisação geral que está sendo organizada pelas centrais sindicais no dia 30 de agosto, com a seguinte pauta:

- 10% do orçamento da União para a saúde pública;
- 10% do PIB para a educação pública, "verbas públicas só para o setor público";
- Fim do fator previdenciário;
- Redução da Jornada de Trabalho para 40 horas sem redução de salários;
- Reforma Agrária;
- Suspensão dos Leilões de Petróleo.
- Contra o PL 4330, da "terceirização"
- Transporte público e de qualidade;

A população quer serviços públicos de qualidade e os trabalhadores não abrem mão de seus direitos.

RÁPIDAS

Imposto Sindical: Diferença passa de R\$62 mil

Por motivo de diferenças nas listagens entre os valores depositados na conta do Sindicato e os valores descontados de cada servidor, não foi possível devolver o dinheiro referente ao Imposto Sindical no mês de julho, como o Sintespe se propunha a fazer. Há uma diferença de R\$ 62.892,12 entre as listagens, ou seja, falta esse valor ser depositado na conta da entidade. A Secretaria de Administração já enviou duas listagens com o mesmo problema.

O Sintespe aguarda as listagens corretas para poder devolver a parte correspondente à entidade sindical (60% do valor descontado) para os servidores.

Os valores descontados dos trabalhadores na saúde foram novamente repassados ao Sindaúde.

30 anos de CUT

Em comemoração aos 30 anos da Central Única dos Trabalhadores, o Sintespe e outras entidades sindicais cutistas serão homenageadas no dia 27 de agosto na Assembleia Legislativa de SC.

O Sintespe foi fundado em outubro de 1988, já filiado à CUT e segue os princípios de igualdade e solidariedade, de fundação da Central.

Fundada em 28 de agosto 1983 no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em São Paulo, a CUT é maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo. Tem mais de 3, 8 mil entidades filiadas, 7,8 milhões trabalhadores associados e quase 24 milhões trabalhadores na base.

Jurídico

O Sintespe está finalizando o estudo de uma ferramenta eletrônica, onde o servidor possa consultar o andamento de seus processos jurídicos por meio do site do Sindicato, em área restrita.

SINE- Itajaí

Os trabalhadores do Sine, em Itajaí estão completamente abandonados por parte do Estado. Mesmo após o órgão ser assaltado seis vezes, há meses não recebem sequer uma visita da SDR local.

Audiência Pública

A audiência pública sobre a saúde do trabalhador no serviço público marcada para o dia 20 de agosto foi adiada, sem data prevista.

Logo que for remarcada, o SINTESPE vai comunicar a categoria e organizar sua participação na Audiência.

Debate

No dia 04 de setembro, das 10 às 13 horas, o Dieese promove a 2ª jornada de Debates do Setor Público, no Sinjusc.O Sinjusc fica na Av. Mauro Ramos, 448, Florianópolis.